

LUÍS GRECO

AS RAZÕES DO DIREITO PENAL.
QUATRO ESTUDOS

Organização e Tradução

EDUARDO VIANA
LUCAS MONTENEGRO
ORLANDINO GLEIZER



Coleção Reflexões Jurídicas

Coordenadores

Luís Greco

Adriano Teixeira

As razões do direito penal. Quatro estudos

Luís Greco

Organização e Tradução

Eduardo Viana / Lucas Montenegro / Orlandino Gleizer

Produção e Editoração eletrônica

Ida Gouveia / HBLYZ / Oficina das Letras®

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo – Lei 9.610/1998.

**CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ**

G829p

Greco, Luís

As razões do direito penal. Quatro estudos / Luís Greco ; tradução e organização: Eduardo Viana; Lucas Montenegro; Orlandino Gleizer. - 1. ed. - São Paulo: Marcial Pons, 2019.

ISBN 9788566722659

1. Direito Penal. 2. Criminologia. I. Greco, Luís. II. Título. III. Série.

17-45580

CDU:345.001

© Luís Greco

© MARCIAL PONS EDITORA DO BRASIL LTDA.

www.marcialpons.com.br

Impresso no Brasil

1145906

SUMÁRIO

Referências dos originais.....	5
Autor e Organizadores/Tradutores.....	7
Apresentação dos organizadores/tradutores.....	9
Algumas palavras do autor.....	13
Lista de siglas e abreviaturas.....	19
Dogmática e Ciência do Direito Penal	23
I.	23
II.	24
III.....	29
O que é tortura?	31
I. Introdução	31
II. Sobre a necessidade de um conceito de tortura	33
III. Requisitos metateóricos para um conceito de tortura....	35
IV. Em busca do conceito de tortura	37
1. A Convenção das Nações Unidas contra a Tortura....	37
2. A jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	39

3. Uma tentativa	41
4. Síntese	47
V. Concretização: pequeno sistema da tortura	47
VI. Conclusão.....	51
Opõe-se o princípio da culpabilidade à penalização de pessoas jurídicas? – Reflexões sobre a conexão entre pena e culpabilidade.....	53
I. Introdução	53
II. Ponto de partida: impossibilidade de uma culpabilidade da pessoa jurídica	57
1. O conceito “vazio” de culpabilidade	58
2. O chamado modelo de imputação	60
3. Culpabilidade própria da pessoa jurídica	63
4. Primeira conclusão intermediária.....	65
III. Por que a pena exige culpabilidade? Sobre o conceito de pena.....	65
1. O conceito “tradicional” de pena: a pena como mal ..	67
2. O conceito “moderno” de pena: a pena como censura	68
3. A própria proposta.....	70
4. Segunda conclusão intermediária.....	75
IV. A “punição” da pessoa jurídica	76
V. Porque ainda assim não deve existir uma “punição” de pessoas jurídicas	77
VI. Porque a “punição” de pessoas jurídicas é quase de todo inconstitucional	80
VI. Conclusão final.....	82

Punição da cumplicidade por meio de ações neutras apenas em caso de alta probabilidade do fato principal? – Reflexões por ocasião de uma decisão do Bundesgerichtshof (5 StR 468/12).....	83
I. Introdução	84
II. Tensões sistemáticas: critérios objetivos no tipo subjetivo?.....	88
III. Tensões materiais: reconhecível inclinação para o fato somente em face de alta probabilidade de uma facilitação do fato principal?	91
IV. Em busca do argumento faltante	94
V. Cumplicidade por ação neutra posterior ao comportamento típico?.....	101
VI. Conclusão.....	102